

DESEJOS DE REFORMA: ITINERÁRIO DE INVESTIGAÇÃO

Sofia Lerche Vieira¹
Rosalina Rocha Araújo Morae²
Maria do Nascimento Vasconcelos³
Universidade Estadual do Ceará

Introdução

Esta comunicação apresenta as linhas gerais do projeto de pesquisa “Desejos de Reforma: inventário da legislação educacional – Brasil e Ceará” que vem sendo realizado desde março de 2005, com apoio financeiro do CNPq e deverá ser concluído em fevereiro de 2008⁴. Tomando como referência as leis nacionais e estaduais de educação visa captar os movimentos de reformas delineados em momentos históricos diversos. Ao final do projeto será possível oferecer um amplo conjunto de informações sobre as reformas empreendidas ao longo da história da educação no país, bem como perceber as articulações entre as intenções e iniciativas desenvolvidas no contexto nacional e local.

O estudo dá seqüência a trabalhos anteriores realizados pela coordenadora do projeto, com a colaboração de colegas e bolsistas. Sua origem remonta ao levantamento realizado junto a acervos locais e nacionais visando a elaboração do livro: **História da educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos** (Vieira, 2002). Essa primeira aproximação veio a desdobrar-se no projeto “Política Educacional e magistério: cenários históricos e contemporâneos na Capitania do Siará Grande” (Vieira; Farias, 2005), financiado pelo CNPq e concluído em 2005 e que tem continuidade através da presente iniciativa.

O trabalho está sendo produzido no âmbito do “Núcleo de Estudos, Documentação e Difusão em Educação” (NEED), da UECE, ambiente vinculado ao “Grupo de Pesquisa Política Educacional, Docência e Memória” (GPPEM), onde está sendo formado um acervo sobre documentos básicos da política educacional brasileira e cearense. Essa vinculação institucional viabilizará a socialização dos resultados obtidos pelo estudo, facilitando o acesso de pesquisadores e outros interessados a textos raros da história da educação.

Problematização

Em investigação realizada sobre a história da educação cearense (Vieira, 2002:392) ressaltamos a necessidade

de pesquisas acerca da legislação, matéria prima indispensável à análise de toda e qualquer política educacional. Isto porque “através do exame criterioso das leis, é possível vislumbrar não apenas as ‘promessas’ definidas pelo Poder Público, como também o ideário pedagógico subjacente às concepções que se anunciam nos diferentes momentos históricos”. Acrescentamos naquela ocasião que nesse aspecto “tanto é preciso preencher lacunas referentes a documentos e textos não localizados, como uma organização do material já coletado, visando sua publicação” (ibidem). É nessa direção que se inscreve a presente proposta, ao eleger como objeto de estudo a política educacional expressa nas leis nacionais e locais de educação de diferentes momentos históricos.

Se hoje temos conhecimento de iniciativas ocorridas nos primórdios da educação pública em nosso país, isso se deve ao fato de ter havido uma preocupação com os registros da política educacional desde as origens da nossa história. Em *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*, livro publicado originalmente em 1889 e, um século depois reeditado pelo INEP (Almeida, 1989) é possível apreciar iniciativas ocorridas desde a Colônia, com meticulosos registros de oferta de matrículas e escolas nas diferentes províncias. Muitas daquelas informações cuidadosamente coletadas, entretanto, se perderam no tempo pela ausência de iniciativas de preservação da memória documental. Tendo sido quase nula no passado até mesmo no Brasil contemporâneo, muitas vezes essa preocupação tende a ser posta em segundo plano.

Sobre esse assunto é ilustrativa a passagem de Araripe acerca dos problemas com que se defrontou ainda no século XIX quando buscava reconstruir as raízes do Ceará: “Para obter informação dos sucessos antigos recorri ao arquivo mutilado da antiga câmara da vila do Aquiraz: ali, em livros truncados e quase ilegíveis por seu estado de deterioração fui colhendo notícias dos sucessos dos primitivos tempos da província”. (2002:32-33).

As dificuldades de acesso aos documentos autênticos e ausência de fontes expressam dois lados de uma mesma moeda: a pouca ou nenhuma preocupação em preservar o que ficou daqueles tempos. Este traço marcante do movimento que o projeto pretende reconstruir através do inventário da legislação educacional representa um desafio que começa a ser enfrentado pelos pesquisadores do presente.

O incremento do esforço de identificação e catalogação de fontes de pesquisa em história da educação, impulsionado, sobretudo pelo seu reconhecimento como especialização da

história (Alves, 2001), tem alimentado o desenvolvimento e aprofundamento de investigações neste campo. As fontes, ferramentas indispensáveis a este trabalho, podem ser entendidas como “o conjunto de documentos que proporciona – independente da data da sua produção, da sua natureza e suporte material – informações pertinentes à História da Educação Brasileira” (Nunes, 1989:126). Sua catalogação torna possível tanto o exame de elementos passados quanto a apreensão de seus elos com o presente.

Ao longo da história, não foram poucos os estudos sobre legislação estes, todavia, muitas vezes tomaram como foco tão somente o texto legal, sem maiores articulações com o contexto mais amplo (Castelo, 1970). Incursões na perspectiva aqui proposta ainda são escassas, sendo mais frequentes os estudos que se detêm sobre a educação a partir das Constituições Federais ou Estaduais, a exemplo de Catani e Oliveira (1993), Costa (2002), Martins (1996), entre outros. Outra linha de estudos sobre a legislação é aquela inaugurada por Saviani, com a produção de estudos diversos sobre as reformas educacionais de 1968, 1971 e LDB (1976, 1987 e 1997).

Propomos nesse trabalho um caminho diferente de outros estudos trilhados no campo: tomar como referência a legislação sobre educação buscando através desse instrumento jurídico-normativo captar os diferentes movimentos de reforma nesse campo. A intenção é inventariar leis brasileiras e cearenses, explicitando as políticas que deram o tom à educação em diversos momentos históricos (do Império aos dias atuais) no Brasil e no Ceará.

Nesta reconstrução, tanto quanto possível, procuramos delinear um itinerário onde seja possível compreender a educação no Brasil e no Ceará de modo articulado ao contexto mais amplo. Com este movimento pretendemos apontar possíveis relações entre o geral e o particular. Embora estes nexos nem sempre sejam explícitos ou plenos, pretende-se identificar sintonias desta natureza nas idéias expressas na matéria a ser pesquisada – a legislação educacional.

Os estudos do passado fizeram uma leitura da educação por si mesma, descolada de quaisquer referências ao contexto local ou nacional. Os estudos do presente possuem recortes diversos. Ora procuram compreender a educação local a partir de um horizonte nacional (Nogueira, 2001); ora concentram-se tão somente sobre o local (Cavalcante, 2000). A proposta de pesquisa aqui apresentada pretende identificar **se e como** a dinâmica local expressa a nacional.

O local, nas peculiaridades que o caracterizam, tende a refletir o nacional, imprimindo-lhe cores e significados próprios.

os. Isto porque supõe uma “**outra hierarquia, esta inflexionada pelos interesses do lugar que pode não ser exatamente os do poder central e vice-versa**” (IOKOI, 2000:7). Importa, desse modo, não perder a luz sobre o local e suas especificidades, mas antes, estar ciente de um global que sobre ele exerce influências. Se esta verdade já se colocava num contexto de trocas mundiais, como se deu quando os primeiros colonizadores aqui chegaram, mais ainda num cenário onde o capital se movimenta em tempo real (CARNOY, 1999). Hoje, como ontem, os anseios de modernização se explicam numa dinâmica entre “**o todo e as partes**” (GOLDMAN, 1975).

A iniciativa possibilitará a produção de um amplo conjunto de informações sobre a legislação educacional brasileira e cearense, o que envolve intenso trabalho de campo junto a acervos públicos localizados em Fortaleza e mais 7 (sete) municípios do interior do Estado assim como uma análise qualitativa desse material.

Objetivos e Metodologia

O projeto tem como foco de atenção a política educacional expressa nas leis nacionais e locais de educação. Desse modo, os objetivos gerais da pesquisa podem ser assim definidos: contribuir para a reflexão acerca das políticas educacionais no Brasil e no Ceará, dimensionando seus contornos no passado e no presente; e fortalecer o Núcleo de Estudos, Documentação e Difusão em Educação (NEED) do Centro de Educação da UECE mediante a continuidade de iniciativas de pesquisa neste campo.

Seus objetivos específicos consistem em proceder a um inventário das leis brasileiras e cearenses sobre política educacional visando a sistematização de informações a esse respeito; captar os diferentes movimentos de reformas aí contidos; e organizar o material coletado – leis nacionais e locais sobre educação – visando sua socialização e difusão.

Apoiando-se em dados de pesquisa empírica a iniciativa tem a expectativa de contribuir para aprofundar o conhecimento neste campo em diferentes momentos históricos. Os procedimentos metodológicos propostos envolvem coleta de dados através de trabalho de campo em diferentes cidades do Brasil e do Ceará, caracterizando-se pela abordagem qualitativa na análise dos dados relativos a documentos históricos e contemporâneos. O trabalho a se realizar durante a vigência do projeto pode ser melhor visualizados partir do detalhamento a seguir:

- Coleta de dados junto a acervos públicos – O trabalho de campo visa a consulta a fontes originais e a reprodu-

ção das leis sob a forma de cópia manual e/ou eletrônica (xerox e digitalização), no caso de materiais raros. Para o inventário da legislação nacional, buscar-se-á coletar informações junto às Bibliotecas do Senado e da Câmara Federal, no Congresso Nacional, em Brasília, assim como do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em Brasília. Para o levantamento de fontes locais, serão visitados acervos localizados no Ceará. Em Fortaleza serão consultadas as seguintes instituições: Arquivo Público do Estado do Ceará; Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel; Instituto Geográfico, Histórico e Antropológico do Ceará; Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC; Biblioteca da UECE/Campus do Itaperi; Biblioteca da UNIFOR; Biblioteca do Conselho de Educação do Ceará; Biblioteca da Secretaria da Educação Básica; Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Biblioteca César Calls de Oliveira, da Assembléia Legislativa; e, Biblioteca Dollor Barreira. No interior do Estado será realizado um levantamento junto às Câmaras Municipais de 07 (sete) municípios de destaque na história da educação cearense, quais sejam: Juazeiro do Norte, Aquiraz, Baturité, Sobral, Viçosa, Icó e Limoeiro do Norte;

- **Digitização das leis nacionais e locais identificadas nos acervos visitados** – Este trabalho visa a produção de bancos de dados, com o intuito de possibilitar a difusão do material coletado;

- **Análise do conteúdo das leis.** Esta atividade tem como finalidade explicitar tendências das políticas educacionais concebidas ao longo do período investigado. Tal empreendimento será efetuado a partir da categorização das leis que terá como suporte o NUDIS'T, programa de análise qualitativa de dados.

- **Produção de um “Guia de Fontes”** – Este documento apresentará um breve detalhamento das leis nacionais e locais, contendo também a procedência do documento original. Tem como objetivo facilitar o acesso de pesquisadores e interessados às informações relativas a localização dos textos originais.

- **Elaboração de relatório final** – O texto deve apresentar uma síntese das tendências de política educacional expressas na legislação pesquisada, bem como um registro do desenvolvimento da iniciativa.

- **Socialização dos resultados.** Os achados da investigação serão divulgados através de artigos, resumos e **folders** em eventos científicos, **cd-rom**, e **site** do NEED.

Considerando o período de vigência da pesquisa (mar/2005 a fev/2008) e as bolsas de iniciação científica a ela vin-

culada, é importante observar que as atividades desenvolvidas no primeiro ano de vigência do projeto referem-se primordialmente à coleta de dados em acervos locais.

O procedimento de identificação da legislação cearense envolveu visita a três acervos públicos localizados em Fortaleza: o Arquivo Público do Estado do Ceará, a Biblioteca Governador Menezes Pimentel e a Biblioteca César Calls de Oliveira (Assembléia Legislativa). Considerando o quantitativo de documentos existentes em cada acervo, optou-se por realizar o levantamento das leis estaduais da educação nas Bibliotecas Governador Menezes Pimentel e César Calls de Oliveira.

Inicialmente foi realizado o levantamento do conjunto de leis em cada um dos acervos. É oportuno observar que na Biblioteca Governador Menezes Pimentel as leis, em sua grande maioria, são do período imperial e encontram-se em formato de microfilme. Cada filme tem um número que especifica sua localização. No caso da biblioteca César Calls o material encontrado refere-se mais expressivamente ao período republicano e está disponível em formato impresso, organizado em livros.

A maioria das leis encontradas nessa etapa do trabalho abrangem o período republicano e foram localizadas na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel no setor de microfilmagem. Considerando o expressivo número de leis identificadas, constatou-se que seria necessário proceder a um levantamento preliminar que facilitasse a organização dos dados. Optou-se, então, pela identificação de ementas. Este material resultou na elaboração de um “ementário” contendo dados pertinentes à legislação concebida durante a República.

Embora o esforço realizado no semestre tenha sido intenso e resultado na identificação de uma grande e inesperada quantidade de leis, há fases do período que ainda se encontram em descoberto, mais especificamente os espaços temporais compreendidos entre 1938-1945; 1973-1989; e 1912, 1933, 1961 e 1970. Tais informações, ou não estavam disponibilizadas ao público nos acervos, a exemplo da Biblioteca César Calls de Oliveira, da Assembléia Legislativa, ou não foram localizadas como no caso da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, onde se encontra a parte mais expressiva dos registros da legislação cearense. O levantamento das leis ainda não localizadas deverá ter seu curso em momento posterior da pesquisa, se necessário junto a outros acervos.

Uma vez tendo sido feito o ementário, o passo seguinte consistiu na digitação, que objetivou facilitar a posterior

análise do material. O desenvolvimento deste processo resultou em um sumário que contempla o conjunto de ementas das leis estaduais identificadas na República, assim como a descrição completa de sua localização no acervo. Tal procedimento metodológico resultou em uma organização do material trabalhado de acordo com periodização, trabalhada em estudo anterior (Vieira, 2002), qual seja: Primeira República; Segunda República; Estado Novo; Democracia Populista; Regime Militar; Retorno a Democracia. A partir daí foram identificados os temas que representam categorias preliminares do estudo. Durante desenvolvimento da pesquisa essas serão mais bem trabalhadas, de maneira a se chegar à elaboração das categorias e subcategorias a serem adotadas na análise da legislação. Esse é um procedimento importante para o estudo na medida em que propicia a visualização de lacunas e ênfases da legislação educacional produzida no decorrer do período abordado. É por esta via de aproximação que se buscará conhecer os **Desejos de reforma** existentes no Brasil e no Ceará.

De modo a facilitar a análise dos documentos em questão, pretende-se adotar um programa de computador de análise qualitativa de dados, o NUDIS'T. Essa ferramenta tem sido adotada pela pesquisa qualitativa como um recurso que permite agrupar as informações de forma rápida, sistemática e precisa. Após o processo de digitação, portanto, o conteúdo da legislação brasileira e cearense, deverá ser inserido num banco de dados, facilitando a formulação das categorias a serem criadas no âmbito da pesquisa.

A organização desse material representa iniciativa inédita no Brasil e no Ceará. Trata-se, pois, de empreendimento de valor histórico significativo para o conhecimento da política educacional em nosso país e estado. Nesse sentido, pode-se dizer que oferecerá contribuição importante não apenas para o grupo de pesquisadores envolvidos no projeto como também para outros interessados, na medida em que facilitará o acesso ao estudo de documentos inéditos da historiografia brasileira e cearense. A expectativa é que a partir do levantamento e do estudo dessas possam advir novas iniciativas e vertentes de trabalhos, possibilitando um melhor conhecimento do campo educacional.

Resultados Preliminares

Conforme mencionado anteriormente, o projeto ora apresentado tem previsão de três anos de duração, compreendendo o período situado entre março de 2005 a fevereiro de 2008. Portanto, para o primeiro ano de sua vigência, os

resultados ainda são bastante preliminares, no sentido de que a coleta de informações encontra-se em fase inicial.

A expectativa é de que o produto da pesquisa propriamente dito deverá vir a materializar-se em “resultados” apenas nos últimos doze meses do trabalho. Isto deverá ocorrer entre março de 2007 e fevereiro de 2008, quando o relatório final do estudo deverá ser apresentado ao CNPq, órgão patrocinador da investigação proposta.

Os primeiros resultados da pesquisa referem-se à coleta de dados acerca da legislação educacional cearense, de modo específico àquela referente ao período republicano, fase bastante fértil para uma análise da história da política educacional no Estado.

Conforme detalhado no item anterior, até o presente momento foi identificado um expressivo conjunto de leis educacionais do período republicano, conforme mostra o Quadro I.

Quadro I – Leis Estaduais do Ceará (1889 – 2005)

PERÍODO	ABRANGÊNCIA	Nº DE LEIS
PRIMEIRA REPÚBLICA	1889 -1930	504
SEGUNDA REPÚBLICA	1930 – 1937	82
ESTADO NOVO	1937 – 1945	18
DEMOCRACIA POPULISTA	1945 – 1964	170
REGIME MILITAR	1964 – 1985	55
RETORNO A DEMOCRACIA.	1885 – 2005	164
TOTAL		993

O quadro mostra o expressivo número de 993 leis identificadas. Estas tiveram suas ementas reproduzidas de modo a permitir uma visualização das principais providências legais então tomadas em relação à educação. Esse material deu origem a um “ementário” que trás um resumo da legislação, expresso no título, número e data de cada uma das leis, assim como dados de sua localização nos acervo visitados.

Com relação aos títulos dos diferentes períodos políticos aqui nomeados cabe lembrar que não esgotam as denominações que têm sido utilizadas em relação aos momentos históricos atravessados no decorrer da República. Entretanto, servem como forma de melhor agrupar as informações coletadas, inspirando-se em classificação adotada em pesquisas anteriores que deram origem à proposição do presente estudo (Vieira, 2002).

Todas as ementas das leis da República foram submetidas a uma classificação preliminar que teve como objetivo organizar o material coletado e que, em momento posterior,

contribuirá para a escolha dos documentos que serão reproduzidos na íntegra e das categorias de análise do estudo. Esse processo foi realizado levando em conta as 993 (novecentos e noventa e três) leis antes referidas. O trabalho deu origem a um levantamento temático organizado em 33 (trinta e três) temas, como pode ser visualizado no Quadro II.

Quadro II
Levantamento Temático da Legislação Cearense do Período Republicano

Temas	Primeira República	Segunda República	Estado Novo	Democracia Popular	Regime Militar	Retorno à Democracia	Subtotal
Academia Cearense de Letras	1	1	-	-	-	-	2
Aprova/ Autoriza/ Mantém Regulamentos	4	-	-	-	-	-	4
Bibliotecas	7	-	-	-	-	1	8
Castigos	-	-	-	-	-	-	0
Colégio de Educandos	-	-	-	-	-	-	0
Colégio Imaculada Conceição	-	-	-	-	-	-	0
Concurso	1	-	-	-	-	-	1
Conselho/Secretaria de Educação	-	2	-	3	13	3	21
Criação de cursos	-	-	-	-	-	-	0
Currículo	2	-	-	1	-	11	14
Educação Doméstica	-	1	-	-	-	-	1
Educação indígena	1	-	-	-	-	-	1
Educação Especial	-	-	-	-	-	7	3
Ensino noturno	-	2	1	-	-	-	3
Ensino superior/faculdades	21	3	-	3	1	-	28
Ensino técnico/profissionalizante	3	1	-	2	2	1	9
Escola de Agronomia	4	1	-	6	-	-	11
Escola de Comércio	3	-	-	-	-	-	3
Escola Normal	20	11	1	1	-	-	33
Escola Proletária	-	1	-	-	-	-	1
Escolas Rurais	2	4	-	5	-	-	11
Financiamento/receitas/despesas	125	32	12	131	26	11	337
Habilitações de professores	-	-	-	-	-	-	0
Horário de trabalhos das aulas	-	-	-	-	-	-	0
Inspeção	10	-	1	-	-	-	11
Liceu	7	8	-	-	-	-	15
Movimento de escolas/cadeiras	100	10	-	11	7	48	176
Movimento de pessoal	194	1	3	6	5	12	221
Pesquisa/Educação/Comunicação	-	-	-	-	-	7	7
Programas de Educação	-	-	-	-	-	2	2
Oferta de vagas	-	-	-	-	-	-	0
Reforma/educação	10	10	-	-	-	-	20
Outros	1	2	-	1	1	61	66
TOTAL	504	82	18	170	55	164	993

O levantamento preliminar de ementas permitiu produzir o quadro quantitativo acima disposto, a partir do qual foi possível visualizar os temas de maior frequência na legislação, evidenciando que aqueles de maior incidência são relativos aos seguintes assuntos: movimento de escolas ou cadeiras, movimento de pessoal, financiamento/receita/despesas, Escola Normal e ensino superior.

O tema que agrega o maior número de iniciativas é **Financiamento/receitas/despesas**, totalizando 337 leis que trazem basicamente informações sobre: despesas com escolas, salários de professores, compra de livros e material pedagógico em geral, recursos destinados às escolas, dentre outros.

Em segundo lugar encontra-se o tema **Movimento de pessoal com** 221 referências. Os assuntos nelas tratados dizem respeito a nomeação, remoção, aposentadoria, salário, transferência, e gratificação, de professores e funcionários da educação.

O terceiro tema é **Movimento de escolas/cadeiras**, representando um total de 176 documentos. As leis aqui agrupadas trazem informações sobre criação, extinção, transferência, e, promoção de cadeiras ou de escolas. Cabe salientar que não foram localizadas leis no Estado Novo, cujas razões deverão ser investigadas ao longo da pesquisa.

Os demais temas, que correspondem aproximadamente a 24% do total de leis mapeadas, não serão, pelo menos por enquanto, detalhados.

Considerações Finais

Ainda é cedo para anunciar conclusões nesta fase inicial da pesquisa. Os dados obtidos referem-se apenas ao Ceará, não sendo possível ter inferências para o Brasil. O levantamento quantitativo da legislação cearense permite apenas fazer uma leitura aproximativa desses dados e formular alguns ensaios de respostas.

As informações coletadas mostram que o Ceará teve alguns períodos mais propícios à formulação de leis, como se constatou em estudo anterior do grupo que realizou levantamento sobre o período imperial (Vieira; Farias, 2005), o qual foi atualizado e revisto pela presente investigação.

Como no Império, também na República há momentos mais férteis do ponto de vista da produção de instrumentos legais. Se no Império somente a partir de meados do período é que se vai encontrar uma maior concentração de leis, na República os momentos mais produtivos do ponto de vista da legislação correspondem à Primeira República, à Democracia Populista e ao Retorno à Democracia.

Também em relação aos assuntos podem-se perceber ênfases, com temas que se destacam em relação aos demais. É o caso da criação de cadeiras, assim como de leis orçamentárias, referentes a dispêndios com professorado e, em menor frequência, outros custeios relativos ao ensino. Essa presença parece evidenciar a preocupação dos gover-

nos com assuntos administrativos em detrimento daqueles relativos à qualidade da educação, a exemplo de aspectos pedagógicos e curriculares.

À medida que a pesquisa avançar, com certeza essas conclusões preliminares, aqui rapidamente delineadas, irão ser aprofundadas. Pelo que o estudo permite constatar até o presente momento parece se confirmar a existência de uma profusão de leis que expressam **desejos de reforma** que nem sempre contribuem para mudar a realidade. Por isso mesmo, é necessário prosseguir na identificação das expectativas que se materializam para assim melhor conhecer essa importante face da política educacional nacional e local.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil, 1500 a 1889**. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.
- ALVES, Cláudia. **Acervos bibliográficos para a história da educação**. Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 2001.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- CARNOY, Martin. **Globalization and educational reform: what planners need to know**. Paris: UNESCO, (1999).
- CATANI, Afrânio; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Constituições estaduais brasileiras e educação**. São Paulo: Cortez, (1993).
- CASTELO, Plácido Aderaldo. **História do ensino no Ceará**. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970.
- CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **João Hippolyto de Azevedo e Sá: o espírito da reforma educacional de 1922 no Ceará**. Fortaleza: ED. UFC, 2000.
- COSTA, Messias. **A educação nas Constituições do Brasil: dados e direções**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.
- GOLDMANN, Lucien (1975). **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. A necessidade das histórias dos lugares. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.
- MARTINS, Vicente de Paula da Silva (1996). **Constituição e educação: análise evolutiva da educação na organização constitucional do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC.
- NOGUEIRA, Raimundo Frota de Sá. **A prática pedagógica de Lourenço Filho no Estado do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2001.

- NUNES, Clarice (1989) **Guia Preliminar de Fontes para a História da educação Brasileira**. Brasília; INEP, 112p.
- SAVIANI, Dermeval (1976). **Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis 5.540/68 e 5.692/71**. In: **Educação Brasileira Contemporânea**. São Paulo, Mc Graw-Hill, pp.174-194.
- _____. (1997). **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados.
- _____. (1987). **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino**. São Paulo: Cortez: Autores Associados.
- VIEIRA, Sofia Lerche (2002). **História da Educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, 400p.
- _____. **Política Educacional e magistério: cenários históricos e contemporâneos na Capitania do Siará Grande**. Relatório técnico final. Fortaleza, UECE, 2005.

NOTAS

¹ sofialerche@yahoo.com.br

² rosalinamoraes@yahoo.coim.br

³ nereydv@bol.com.br

⁴Além das autoras mencionadas, a pesquisa conta também com as bolsistas de iniciação científica: Priscila Holanda Costa (CNPq) e Maria do Socorro Sales Felipe Bezerra (FUNCAP).